

---

**NOTAS SOBRE HISTORIOGRAFIA, CULTURA  
E TRABALHO:  
REFLEXÕES EM TORNO DA HISTÓRIA SOCIAL**

**Artur Nogueira Santos e Costa**

Graduando em História pela Universidade Federal de Uberlândia. Bolsista de Iniciação Científica do CNPq.

**NOTAS SOBRE HISTORIOGRAFIA, CULTURA E TRABALHO:  
REFLEXÕES EM TORNO DA HISTÓRIA SOCIAL****NOTES HISTORIOGRAPHY, CULTURE AND WORK: REFLECTIONS  
AROUND THE SOCIAL HISTORY**

Artur Nogueira Santos e Costa

**RESUMO**

Este texto apresenta uma reflexão acerca do campo teórico denominado de História Social de matriz inglesa, com destaque para elementos concernentes ao modo de se pensar a pesquisa e a produção historiográfica, as abordagens e a complexidade em torno da cultura, e alguns elementos relacionados ao estudo da temática do “trabalho”. Para tanto, são recuperados argumentos dos pensadores que forjaram esse movimento e seus desdobramentos teóricos e metodológicos. Objetiva-se, desse modo, problematizar compreensões historiográficas e leituras do materialismo histórico, inspirado em Marx. Nesse sentido, o texto se divide em três segmentos: o primeiro relaciona-se à construção do conhecimento histórico e seus supostos; o segundo, aos debates sobre cultura e, por fim, o terceiro, em que são retomados pontos nodais referentes ao “trabalho”.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cultura e História Social, Materialismo Histórico, Trabalho e Historiografia.

**ABSTRACT**

This text presents a reflexion about theoretical thield who calls Social History, from England, with main elements are concerning to way to think about research and historical production, the approaches and complexities around culture, and some aspects related to study about “work”. To think about it, are recovered arguments of thinkers who fudge this movement and its theoretical and methodological developments. Our objective is problematize historical understandings and readings about historic materialism, inspired by Marx. In this sense, the text is divided into three segments: first, related to construction of history learning and your supposes; second, pleading about culture and, the third, we’ll retake nodal points relating to “work”.

**KEYWORDS:** Culture and Social History, Historical Materialism, Work and Historiography.

*As nossas premissas são os indivíduos reais, a sua ação e as suas condições materiais de vida, tanto as que encontraram como as que produziram pela própria ação.*

*Karl Marx e Friedrich Engels, A Ideologia Alemã.*

Por muitos anos, a chamada concepção materialista da história<sup>1</sup>, com inspiração em Marx e Engels, motivou a produção de vários historiadores que se propunham a refletir sobre diferentes processos históricos. Notadamente, construiu-se, com base nesse segmento, um campo de reflexão que ficou conhecido por História Social<sup>2</sup>, e aqui quero destacar que me refiro à História Social de matriz inglesa, do qual muitos de nós, hoje, nos valemos quando nos lançamos em nossas pesquisas historiográficas, nos posicionamos politicamente frente às questões de nosso tempo ou almejamos compreender a realidade em que nos inserimos.

As páginas que se seque esboçarão uma reflexão com o objetivo de retomar alguns dos principais pontos que se circundam em torno do referido campo teórico. Para tanto, mesmo que de forma condensada, considero necessário recuperar argumentos centrais de intelectuais de distintas áreas: historiadores, sociólogos, filósofos. Todos esses autores, que, adiante, serão discutidos, com suas distintas contribuições, apresentam um traço em comum: a fundamentação teórica no materialismo dialético de ordem marxista. Nessa direção, embasam o que tem sido chamado de História Social Inglesa, colocando em movimento diversas balizas da historiografia<sup>3</sup>. Enfatizam propostas relacionadas ao que é a pesquisa em história; à maneira de se lidar com temas relacionados ao trabalho e aos trabalhadores, com seus complexos desdobramentos no campo da cultura, da hegemonia e da resistência; ao mesmo tempo em que se flagra a possibilidade de problematizar, também, os sentidos do fazer história. Mais do que isso, representam uma corrente de pensamento que propunha a

<sup>1</sup> A chamada concepção materialista embasa-se no que é um dos argumentos principais de Marx e Engels: o fato de que são as condições materiais, concretas, que “movem o mundo” e, portanto, no fazer historiográfico, é necessário buscar os indivíduos reais, também concretos. Para maiores aprofundamentos sobre o assunto, conferir: MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1988. FONTANA, Josep. Marx e o “materialismo histórico”. In: \_\_\_\_\_. *A história dos homens*. Bauru: Edusc, 2004. p. 199-219.

<sup>2</sup> Cabe destacar que, como indica Eric Hobsbawm, o termo História Social é controverso, admite muitos sentidos, a depender do que se pretende com ele. Para mais informações, conferir o debate feito pelo autor.: HOBSBAWM, Eric. Da história social à história da sociedade. In: \_\_\_\_\_. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 83-105.

<sup>3</sup> Cf.: HOBSBAWM, Eric. A história de baixo para cima. In: \_\_\_\_\_. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 216-231.

endossar uma releitura do marxismo, para combater a ortodoxia criada em torno do materialismo e abrir novos campos para a reflexão histórica.

As experiências dos diversos intelectuais, sobre as quais este trabalho se debruça, processaram-se ao longo do século XX, em diferentes momentos e contextos. Elas expressam concepções e projetos políticos e sociais correlacionados ao campo da historiografia e, mais, as inserções, também políticas e sociais, dos pensadores que as forjaram, muitos deles enquanto homens de partido, militantes pela construção do socialismo.

### **Pensar e fazer história: alguns esboços**

O primeiro apontamento que considero necessário diz respeito ao sentido que, nesse contexto, atribui-se à pesquisa em história, ou, em outras palavras, ao processo de construção do conhecimento histórico. Minha reflexão fundamenta-se, em primeiro lugar, pelo debate envergado por E. P. Thompson, historiador inglês, em seu livro *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Neste livro, em especial, Thompson processa, em “debate” com o filósofo estruturalista Louis Althusser, uma série de argumentos que contestam o modo como o referido filósofo e seus seguidores se apropriaram do pensamento marxista. Para Thompson, Althusser propunha uma leitura engessada do marxismo, que o reduzia a um sistema filosófico composto por estruturas fixas, rígidas e, portanto, redutoras do potencial histórico e político engendrado por Marx, perspectiva que precisava ser superada.

Gostaria de enfatizar, especificamente, um dos capítulos da referida obra, intitulado *Intervalo: a lógica histórica*. Este capítulo fornece substantivas contribuições teóricas e metodológicas para aqueles que se propõem a pensar sobre o modo como a pesquisa em história, o ofício do historiador e a construção do conhecimento histórico devem ser conduzidos. O primeiro ponto é que, de acordo com o autor, a História, enquanto conhecimento, possui uma lógica própria, “característica, adequada ao material do historiador” (THOMPSON, 1981, p. 48) a partir da qual este campo se situa. Contudo, não possui, a despeito das ditas Ciências Naturais, um laboratório de teste, de experimentação. Tal fato, entretanto, não atribui a ela um lugar hierarquicamente inferior.

Ainda segundo Thompson, a lógica histórica constitui-se por um instrumental de investigação em que há um “interrogador”, um “interrogado” e um “conteúdo de interrogação”, os quais estão em diálogo num movimento que culmina na produção do conhecimento histórico, que “é, pela sua natureza, provisório e incompleto (mas não por isso inverídico), seletivo (mas não por isso inverídico).” (THOMPSON, 1981, p. 49)

No debate acerca dos sentidos do marxismo, o autor defende que a seara da teoria marxista continua no objeto humano “real”, concreto. Afirma, ainda, que:

a desgraça dos historiadores marxistas [...] é que alguns de nossos conceitos são moeda corrente num universo intelectual mais amplo, são adotados em outras disciplinas, que lhes impõem sua própria lógica e os reduzem a categorias estáticas, não-históricas. Nenhuma categoria histórica foi mais incompreendida, atormentada, transfixada e des-historicizada do que a categoria de classe social, uma formação histórica autodefinidora, que homens e mulheres elaboram a partir de sua própria experiência de luta, foi reduzida a uma categoria estática, ou a um efeito de uma estrutura ulterior, das quais os homens não são os autores mas os vetores. Althusser e Polantzas não só fizeram à história marxista esse mal, como também queixaram-se ainda de que a história (de cujos braços arrancaram esse conceito) não tem uma teoria acabada de classe! O que eles, e muitos outros, de todos os matizes ideológicos, não compreendem é que não é, e nem nunca foi tarefa da história elaborar esse tipo de teoria inelástica. E se o próprio Marx teve uma prioridade metodológica suprema, esta foi, precisamente, a de destruir a fabricação de teorias não-históricas desse tipo. (THOMPSON, 1981, p. 57).

Nesse ponto, apreende-se o que, desde o início, foi colocado como mote: a releitura reverberada por esse conjunto de pensadores (aqui representados por Thompson) acerca das dimensões relativas ao debate marxista, no campo da história. Em sua argumentação sobre a lógica histórica, Thompson, não por acaso, aborda a questão da luta de classes. Tal conceito, o de luta de classes, foi, segundo o autor, usado erroneamente como chave de explicação de processos históricos lidos a partir do setor econômico, que determinaria tudo. Para o autor, a luta de classes ainda é um ponto nodal para o marxismo e corrobora para a compreensão dos processos históricos, mas é um conceito complexo, porque engloba estratégias de dominação, de resistência, de apropriação que se manifestam de forma sutil. Voltarei a isso, posteriormente.

Em relação a essa temática, incluo algumas contribuições de Walter Benjamin, filósofo alemão, sobretudo relativas ao seu texto *Sobre o conceito da história*<sup>4</sup>, escrito em 1940. Benjamin, neste ensaio, apresenta uma série de advertências em relação ao fazer história e às complexas dimensões que isso abriga. Coloca, por exemplo, que

articular o passado não significa conhecê-lo “tal como ele foi”. Significa apropriar-se de uma recordação, como ela lampeja no momento de um perigo. Para o materialismo histórico, trata-se de fixar uma imagem do passado da maneira como ela se apresenta inesperadamente ao sujeito histórico, no momento do perigo. (BENJAMIN, 2012, p. 243).

Nesse sentido, uma questão ora apresentada e que, aparentemente, tornou-se quase um lugar comum, é o fato de que os historiadores, ao investigarem o passado, não o recuperam como ele de fato foi, ao contrário, constroem interpretações sobre ele, a partir de “lampejos”, fragmentos. Se, para muitos, essa é, teoricamente, uma questão que, de tão simples, tornou-se banal, na prática ela não tem nada de simples, e ainda continua a nos desafiar. No trato com as fontes e na construção das narrativas, por exemplo, evidenciar que o que ali se encontra é apenas um fragmento do passado não é uma tarefa fácil. Ressalta-se, ainda, a referência ao sujeito histórico, como se discutia desde o início.

Adiante, Benjamin coloca uma série de provocações sobre as quais é pertinente refletir. Na Tese 7, refuta um “método” ali chamado de *empatia*, porque, segundo o autor, ele se associa diretamente à imagem do vencedor: “a empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores.” (BENJAMIN, 2012, p. 244). Considerando que, politicamente, a tarefa do historiador seja deslegitimar esse processo de dominação, Benjamin salienta que, ao se tratar de bens culturais, é preciso considerar que eles são, simultaneamente, objetos de cultura e de barbárie. Portanto, o materialista histórico deve ser aquele que “considera sua tarefa escovar a história a contrapelo.” (BENJAMIN, 2012, p. 245)

Aqui, percebem-se as interlocuções entre os dois autores, no sentido de repensarem o materialismo dialético. É notável a preocupação apresentada por ambos no que

---

<sup>4</sup> O texto *Sobre o conceito de história* foi escrito por Benjamin em 1940, pouco tempo antes da morte do autor, na Itália, no mesmo ano, e apresenta 18 “teses” e 2 apêndices sobre a História. No Brasil, a edição mais famosa é a que está inserida no livro *Obras Escolhidas – Volume I: Magia e técnica, arte e política*, publicada pela primeira vez em 1985, pela Editora Brasiliense, e que reúne esse e outros ensaios do autor.

diz respeito ao papel do materialista: este deve preocupar-se em fazer uma história na qual os sujeitos concretos que dela participaram sejam levados em consideração e, mais, devem procurar combater posturas que pretendem legitimar a desigualdade social, seja no campo historiográfico, político ou econômico.

### **A cultura no campo da História Social: questões e possibilidades**

O debate que se encaminha nesse ponto diz respeito ao modo como esse conjunto de intelectuais, preconizadores da História Social, aborda (e propõe abordar) as discussões sobre cultura, a partir de uma revisão do marxismo<sup>5</sup>.

Nesse ponto, destaco que, mais uma vez, E. P. Thompson fornece importantes elementos no que se refere à compreensão desse assunto. No artigo *As peculiaridades dos ingleses*, publicado, no Brasil, no livro *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*, Thompson enseja um debate que perpassa a questão da cultura e também diz respeito aos elementos teóricos e metodológicos do marxismo. O “debate”, na verdade, é expresso na forma de um combate em relação à abordagem de Perry Anderson, o qual, segundo Thompson, faz uma análise empobrecedora da história da Inglaterra, sobretudo no que diz respeito à história dos trabalhadores, suas formas de luta e de organização.

Ressalto que, no empreendimento de Thompson, na direção de combater a historiografia de Perry Anderson, visualiza-se, simultaneamente, uma luta também política, no sentido mais amplo. No entendimento de Thompson, Anderson constrói uma visão determinista sobre os homens e sobre sua própria história, a partir de uma ortodoxia marxista. Contudo, Thompson argumenta que a perspectiva adotada por ele não é adequada pois que, o campo da cultura, por exemplo, é colocado em uma dimensão diferente da economia. Em outras palavras, não se deve separar o mundo concreto em base e superestrutura, porque todas

---

<sup>5</sup> Maria Elisa Cevasco, em *Para ler Raymond Williams*, sugere que há uma denominação desse campo chamada de Marxismo Cultural. Cf.: CEVASCO, Maria Elisa. *Para ler Raymond Williams*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

as dimensões da sociedade – cultura, política, economia – são igualmente relevantes e se constroem mutuamente<sup>6</sup>.

Quero, ainda, nessa mesma esteira, colocar em debate as contribuições de Raymond Williams, sociólogo e crítico literário britânico, no que diz respeito aos estudos sobre cultura, na perspectiva do materialismo histórico. Do amplo conjunto de publicações do autor em que tal tema é discutido, limito-me, aqui, a discorrer sobre seu livro *Marxismo e Literatura*, com publicação, no Brasil, em 1979, pela Zahar Editores. Williams, na transversal da obra, tem por objetivo, no que se refere à literatura, à cultura e ao marxismo, apresentar um

período de desenvolvimento ativo, e fazê-lo da única maneira adequada a um corpo de reflexões ainda em movimento, ou seja, tentando-se ao mesmo tempo esclarecê-lo e trazer-lhe alguma contribuição. Isso exige, necessariamente, a revisão de posições anteriores, tanto marxistas como não-marxistas. Mas o que apresentamos não é um sumário: é ao mesmo tempo uma crítica e uma argumentação. (WILLIAMS, 1979, p. 7).

Nesse ponto, o autor define a proposta de seu livro, que é correlacionar cultura (com seus complexos desdobramentos) e marxismo, tendo como aporte as relações com literatura. A obra é organizada em três grandes eixos: I) Conceitos Básicos; II) Teoria Cultural; III) Teoria Literária. O primeiro eixo é, aqui, substancialmente importante para a reflexão, porque, entre outras coisas, Williams esboça uma densa argumentação sobre o conceito de cultura a partir de uma abordagem histórica das práticas sociais na articulação com relações de classe.

Destaca-se que, nessa argumentação, o autor aponta que cultura “incorpora não só as questões, mas também as contradições através das quais se desenvolveu.” (WILLIAMS, 1979, p. 17) E, também, que, para uma análise cultural séria, deve-se chegar a uma consciência do próprio conceito, “uma consciência que deve ser histórica.” (WILLIAMS, 1979, p. 17) Ressalta que cultura, assim como todos os demais conceitos, não devem ser apreendidos como problemas analíticos, mas como movimentos históricos, em constante processo de definição:

---

<sup>6</sup> O tema da dicotomia base e superestrutura é dos mais complexos no debate sobre o marxismo. Importante discussão, nesse sentido, é o artigo de Raymond Williams. Cf.: WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. *Revista USP*, São Paulo, n. 65, p. 210-224, março/maio 2005.

a complexidade do conceito de “cultura” é, portanto, notável. Tornou-se um nome do processo “íntimo”, especializado em suas supostas agências de “vida intelectual” e “nas artes”. Tornou-se também um nome de processo geral, especializado em suas supostas configurações de “modos de vidas totais”. Teve um papel crucial em definições de “artes” e “humanidades”, a partir do primeiro sentido. Desempenhou papel igualmente importante nas definições das “Ciências Humanas” e “Ciências Sociais”, no segundo sentido. (WILLIAMS, 1979, p. 23).

Dessa maneira, lidar com cultura enquanto movimento histórico é demasiadamente complexo, porque seus termos esboçam diferentes significados, em diferentes momentos históricos, todos eles inter-relacionados. Sobre as relações entre cultura e marxismo, questiona os seguintes pontos:

Devemos compreender “cultura” como “as artes”, como “um sistema de significados e valores”, ou como “todo um modo de vida”? As perguntas têm de ser feitas, embora provavelmente não possamos respondê-las sem reconhecer os problemas inerentes aos conceitos “sociedade” e “economia”, e que se estendem a conceitos como “cultura”, graças à abstração e limitação desses termos. (WILLIAMS, 1979, p. 19).

Além de problematizar a intrínseca relação entre cultura, sociedade, economia, civilização, Williams enfatiza que pensar o conceito de cultura na relação com esses outros pressupõe, ao mesmo tempo, pensar também qual a composição dos conceitos de sociedade, economia e sociedade. O que abarcam? Qual sua extensão? Em outras palavras, e não apenas no caso da cultura, o trabalho com um conceito enquanto movimento histórico requer atenção para outros conceitos e movimentos na relação com os quais aquele ganha contornos. Nesse sentido, vale lembrar dos apontamentos de Heloísa Cruz, Maria do Rosário Peixoto e Yara Khoury, quando assinalam que:

eleger a cultura como campo privilegiado de nossa reflexão histórica, porque campo de produção de sentidos pelos sujeitos no passado e no presente, ampliou nossas possibilidades de explicação, interpretação e perspectivas de investigação e de intervenção no social. (CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006, p. 12).

E, o mais importante, é a aproximação de Williams com as reflexões que ensejaram os percursos da História Social, quando propõe romper com abordagens deterministas da história, para considerar que, no mesmo processo em que “fazem sua própria história”, os homens realizam civilização e produzem cultura, com a capacidade de compreender e de construir uma ordem social. Ao lado do reconhecimento da pluralidade e da variabilidade de culturas e da complexidade e variabilidade das forças que internamente dão forma a uma cultura, bem como da noção de cultura enquanto processo social fundamental que modela “modos de vida” específicos e distintos, essas considerações contribuem para fortalecer uma concepção materialista da história em termos dialéticos.

Gostaria, ainda, de situar esse debate a partir de mais uma contribuição de E. P. Thompson no que se refere ao trabalho com a cultura e seus desdobramentos. Em seu texto *Folclore, Antropologia e História Social*, também publicado no livro *As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*, Thompson problematiza as noções de cultura e suas relações com o que ele chama de “folclore”. Seu debate passa, também, pela reflexão acerca da antropologia e suas contribuições para a pesquisa em história.

Aproximando as noções de cultura, costumes e tradição, Thompson ressalta que considerá-las como apenas “folclore”, como ora fizera a antropologia, é tirar-lhes o caráter histórico que as compõe, caráter este que é de movimento, de capacidade de constante refacção. Nesse sentido, segundo Thompson, com base no caso da Inglaterra, devemos procurar “reexaminar o velho material já há muito recolhido e fazer novas perguntas, procurando recuperar os costumes perdidos e as crenças que os embasavam.” (THOMPSON, 2012, p. 234) É, portanto, uma sugestão que nos impele a reavaliar “velhos” materiais, mesmo os já usados pela antropologia ou pelos folcloristas, para reconsiderar suas potencialidades na direção de contribuir para o trabalho com a cultura, no âmbito da história. Esse movimento impetrado por Thompson traz valiosas contribuições para a pesquisa histórica, porque incentiva não a descartar as velhas fontes, mas a reexaminá-las, perscrutando o que ainda se faz relevante por detrás do que foi dito e, principalmente, do que foi silenciado.

Outra reflexão que pode ser abordada, mas à qual, nesse momento, não darei maior ênfase, é a de Stuart Hall, sociólogo jamaicano radicado no Reino Unido, precursor, na

esteira do materialismo histórico, do que se tem chamado de Estudos Culturais<sup>7</sup>. Em seu artigo *Notas sobre a desconstrução do “popular”*, Hall lança uma série de questões que dizem respeito ao trabalho com a cultura e aos procedimentos de pesquisa do historiador, com a construção de seus objetos de investigação. Ele fornece elementos que nos fazem repensar: que sujeitos históricos reais se articulam às nossas escolhas de periodização? Que critérios adotamos para escolhê-la? No mais, suas discussões se atrelam à perspectiva da luta cultural, enquanto processo complexo e dialético. Ressalto que Hall discute, sobretudo, o que se chama de cultura popular.<sup>8</sup> Ao lado de Williams e Thompson, colabora para a constituição de uma metodologia de investigação, nos termos da História Social, da cultura, destacando a necessidade de problematizar marcos consagrados e determinista que alimentam uma visão empobrecedora de tal área.

#### **A História Social e o trabalho: Breves considerações**

A discussão a respeito do mundo do trabalho, dos trabalhadores, e de suas experiências, é algo cuja complexidade tem inquietado parte dos historiadores, ainda nos dias de hoje. É um tema cujo trato pode ser enveredado por distintos rumos, sob as mais variadas referências. É, também, um assunto que, para ser rigorosamente debatido, em termos mais amplos, necessita de um espaço mais alongado, o que tornaria demasiadamente extenso. Limito-me, aqui, a indicar, brevemente, alguns pontos nodais colocados por E. P. Thompson sobre este campo.

Em relação à ampla bibliografia que se dedicou a este objeto, quero ressaltar que os três volumes de *A formação da classe operária inglesa* – publicados pela primeira vez, em inglês, em 1963, com o título *The Making of the English Working Class* – ainda são substancialmente importantes para o debate que se faz, sobretudo na História Social. O prefácio do primeiro volume, por exemplo, já aborda questões densas e complexas a respeito

<sup>7</sup> Em relação à constituição do campo dos estudos culturais, conferir, entre outros: HALL, Stuart. Estudos Culturais: dois paradgmas. In: \_\_\_\_\_. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG;UNESCO, 2003, p. 143-175. CEVASCO, Maria Eliza. *Dez lições sobre estudos culturais*. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

<sup>8</sup> Para mais informações, cf.: HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do “popular”. In: \_\_\_\_\_. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG;UNESCO, 2003, p. 247-293.

do mundo do trabalho. Inicialmente, recompondo sua trajetória investigativa, esboça sua noção de classe social, dizendo que esse conceito diz respeito a

Um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno *histórico*. Não vejo classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas. (THOMPSON, 2012, p. 9-10).

Aqui, Thompson apresenta sua definição de classe, compreendo-a enquanto um movimento histórico. Já inicia, também, seu rompimento com a perspectiva que propunha a separação entre base e superestrutura, porque, na perspectiva dele, não se deve reduzir os sujeitos concretos – os trabalhadores – a simples homens “econômicos”. Para Thompson, eles forjam estratégias de luta, de sobrevivência, de resistência que se articulam às distintas dimensões da vida humana. Reforça, também, nessa direção, que

a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnada em tradições, sistemas de valores, ideia e formas institucionais. (THOMPSON, 2012, p. 10).

Nesse sentido, considerando as condições que sustentam a consciência de classe, é perceptível que ela se dá, no caso dos trabalhadores, a partir de sua inserção nas relações de produção, à qual precisam criar modos de resistência e de luta. Em outras palavras, ela se dá frente à resistência a dispositivos de exploração que extrapolam a dimensão econômica. Complementando esse debate, no capítulo *Exploração*, do segundo volume da referida obra, Thompson ressalta que

a formação da classe operária é um fato tanto da história política e cultural quanto da econômica. Ela não foi gerada espontaneamente pelo sistema fabril. Nem devemos imaginar alguma força exterior – a “Revolução Industrial” – atuando sobre algum

material bruto, indiferenciado e indefinível de humanidade, transformando-o em seu outro extremo, uma “vigorosa raça de seres”. (THOMPSON, 2012, p. 18).

Thompson, no capítulo *Padrões e Experiências*, também do segundo volume, percorre o movimento interno de constituição da classe operária para se contrapor ao modelo histórico de compreensão global forjado pela ortodoxia, o qual segrega certos eventos do processo, analisa-os isoladamente e produz uma compreensão da história em que “a dimensão do trabalho humano é perdida, e o contexto das relações de classe é esquecido.” (THOMPSON, 2012, p. 34) Reexamina a “controvérsia do padrão de vida” para estabelecer uma relação entre o modo de vida mais amplo e o particular. E adverte-nos que:

quando encontramos alguma frase sonora como “os fortes fluxos e refluxos do ciclo econômico”, temos que nos manter precavidos, pois, por trás desse ciclo, existe uma estrutura de relações sociais que fomenta certas formas de expropriação (renda, interesse e lucro) e descarta outras (roubo, direitos feudais), legitimando certas espécies de conflito (competição, guerras) e inibindo outras (sindicalismo, motins reivindicando pão, organização política popular) – uma estrutura que pode parecer, simultaneamente, bárbara e efêmera para um observador do futuro. (THOMPSON, 2012, p. 34-35).

Retomando *A lógica histórica*, cabe apresentar que

[...] o passado humano não é um agregado de histórias separadas, mas uma soma unitária do comportamento humano, cada aspecto do qual se relaciona com outros de determinadas maneiras, tal como os atores individuais se relacionavam de certas maneiras (pelo mercado, pelas relações de poder e subordinação etc.). Na medida em que essas ações e relações deram origem a modificações, que se tornam objeto de investigação racional, podemos definir essa soma como um *processo* histórico, isto é, *práticas* ordenadas e estruturadas de maneiras racionais. (THOMPSON, 1981, p. 50-51).

### Considerações Finais

A seara do materialismo histórico ainda é fértil e inspira muitos de nós, historiadores, no que diz respeito ao nosso ofício. As discussões relativas ao marxismo, ao trabalho, aos estudos culturais e ao ofício do historiador correlacionam-se, na História Social,

com o compromisso político que o historiador precisa assumir, como advertia Benjamin. E considero necessário dizer que esse compromisso ainda é com a transformação social, com a desnaturalização da desigualdade e das injustiças sociais. Cabe, portanto, considerar que estamos lidando com um campo sempre em aberto, o que sugere a contínua revisão de nossas práticas historiográficas e políticas: a revisão do marxismo, da historiografia, de nossa atuação e de nossas escolhas. O trecho de Carlo Ginzburg, adiante, é expressivo:

No passado, podiam-se acusar os historiadores de querer conhecer somente as “gestas dos reis”. Hoje, é claro, não é mais assim. Cada vez mais se interessam pelo que seus predecessores haviam ocultado, deixado de lado ou simplesmente ignorado. “Quem construiu Tebas das sete portas?” – perguntava o “leitor operário de Brecht”. As fontes não nos contam nada daqueles pedreiros anônimos, mas a pergunta conserva todo o seu peso. (GINZBURG, 2006, p. 11).

E, se assim é, não nos esqueçamos das palavras estimulantes de Déa Ribeiro Fenelon, historiadora que, no Brasil, se situa entre os pioneiros no que se refere à introdução das leituras sobre História Social: se há quem pretenda desqualificar o materialismo, insinuar que a História Social não se aplica mais, é preciso ter clareza, por outro lado, de que “posições teóricas e metodológicas constituem sempre opções políticas para alguns e apenas opções intelectuais para outros.” (FENELON, 1993, p. 75).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: \_\_\_\_\_. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense. p. 222-232.

CEVASCO, Maria Elisa. *Para ler Raymond Williams*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

\_\_\_\_\_. *Dez lições sobre estudos culturais*. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. Introdução. In: ALMEIDA, Paulo Roberto de; MACIEL, Laura Antunes; KHOURY, Yara Maria Aun. (Orgs.). *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho D'Água, 2006. p. 9-21.

FENELON, Déa. Cultura e História Social: historiografia e pesquisa. *Projeto História*. São Paulo, n. 10, p. 73-90, dez. 1993.

FONTANA, Josep. Marx e o “materialismo histórico”. In: \_\_\_\_\_. *A história dos homens*. Bauru: Edusc, 2004. p. 199-219.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Edição de Bolso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do “popular”. In: \_\_\_\_\_. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, UNESCO, 2003. p. 247-293.

\_\_\_\_\_. Estudos Culturais: dois paradgmas. In: : \_\_\_\_\_. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, UNESCO, 2003. p. 143-175.

HOBSBAWM, Eric. Da história social à história da sociedade. In: \_\_\_\_\_. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 83-105.

\_\_\_\_\_. A história de baixo para cima. In: \_\_\_\_\_. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 216-231.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

THOMPSON, E. P. Intervalo: a lógica histórica. In: \_\_\_\_\_. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Jahar, 1981. p. 47-62.

\_\_\_\_\_. *A formação da classe operária inglesa: A árvore da liberdade*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012. Vol. 1.

\_\_\_\_\_. *A formação da classe operária inglesa: A maldição de Adão*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012. Vol. 2.

\_\_\_\_\_. Folclore, antropologia e história social. In: \_\_\_\_\_. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p. 227-267.

\_\_\_\_\_. As peculiaridades dos ingleses. In: \_\_\_\_\_. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p. 75-179.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

\_\_\_\_\_. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. *Revista USP*, São Paulo, n. 65, p. 210-224, 2005.

\*\*\*

Artigo recebido em abril de 2014. Aprovado em junho de 2014.